

Eixo Capital



ANA DUBEUX
anadubeux.correio@gmail.com

Lula sanciona lei de reparação a filhos separados de pais com hanseníase

Amanhã, o presidente Lula vai sancionar a Lei 3.023/22, conhecida como Lei de Reparação aos Filhos Separados. A norma marca o último passo de uma luta de mais de uma década do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas Pela Hanseníase (Morhan) pelos direitos de famílias de pessoas submetidas ao isolamento compulsório da doença.

A política do isolamento compulsório vigorou no Brasil até 1986. Nesse período, os filhos dos internos que nascessem nos hospitais colônias eram imediatamente separados de suas mães, sendo encaminhados a abrigos. Muitos deles, jamais reencontraram os seus familiares. Essas pessoas são conhecidas como filhos separados e tornaram-se uma das principais lutas do Morhan. Com a entrada em vigor da nova lei, os filhos separados terão acesso ao mesmo benefício garantido às pessoas com hanseníase que foram isoladas compulsoriamente, uma pensão especial.

A expectativa é de que a medida alcance cerca de 14 mil pessoas impactadas pela política de isolamento brasileira. “Quando as pessoas pesquisarem sobre o isolamento compulsório da hanseníase no Brasil, vão passar pela história dos leprosários, colônias, ex-colônias, educandários, e chegar a 2007, quando o Brasil reconheceu essa política como crime de estado e reparou os pais isolados, e depois a 2023, quando o mesmo presidente concedeu a reparação aos seus filhos, que também foram segregados”, afirma Thiago Flores, coordenador jurídico do Morhan e conselheiro nacional de Direitos Humanos.

Arquivo Pessoal



Reencontro: Kátia de Lima e Silva e a mãe Maria de Fátima, que foi isolada em colônia

Lições eleitorais latino-americanas

Encerrada a disputa eleitoral na Argentina, com a vitória do ultraliberal Javier Milei, a classe política tenta extrair as lições aprendidas com nossos vizinhos e o que esperar em 2024 e 2026. Dessa forma, hoje, a partir das 13h30, no plenário 6 da Câmara dos Deputados, será o realizado o II Encontro sobre Observação Eleitoral, focado no tema “Ciclo eleitoral 2022/2023 na América Latina”. Aberto ao público e sem necessidade de inscrição prévia, será transmitido ao vivo pelo canal da Câmara no YouTube. Entre os painelistas estão Alexandre Andreatta, diretor-executivo do Observatório Eleitoral do Parlamento do Mercosul, e Sandra Cureau, ex-subprocuradora-geral da república.

Renato Alves/Agência Brasília



Juntos, de, novo

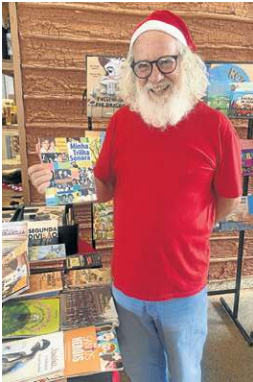
O Governo Federal anunciou ontem a primeira seleção de propostas imobiliárias para o novo Minha Casa, Minha Vida, voltado para famílias com renda de até dois salários mínimos. Ibaneis Rocha e Lula trocaram cordial abraço.

Lançamento conjunto

As juízas Clara Mota e Helena Campos Refosco, que já atuaram como auxiliares dos ministros no Supremo, protagonizam o lançamento conjunto das obras *Juízes ou burocratas? Práticas, estereótipos e discricionariedade da judicialização da previdência rural no Brasil*, de Clara, e *Ação coletiva e democratização do acesso à justiça*, de Helena. O evento acontecerá em 29 de novembro, às 18h30, na Livraria Circulares (CLN 103 Norte, ao lado do Quanto Café).

Encontro com Papai Noel

Idealizador do projeto Salada de Letras Histórias Orgânicas, que reúne mais de 50 autores brasileiros, o mineiro radicado em Brasília Nathan Kacowicz montou sua banca de livros em novo endereço: trocou a feirinha da 110 Norte, enquanto durar o período das chuvas, e vai divulgar e vender livros no restaurante Café e Um Chêro, localizado na mesma quadra. Com gorro de Papai Noel, sorriso no rosto e camisa vermelha, Nathan simboliza a diversidade literária de Brasília vendendo títulos voltados para o público infantil e adulto.



Ana Dubeux/IB/D.A Press

Dia da Mulher Advogada

Já está em vigor a lei que inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, o 15 de dezembro como o Dia da Mulher Advogada. De autoria da deputada distrital Jaqueline Silva (MDB), a proposta contou com apoio da seccional DF da OAB. “Segundo o quadro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), as mulheres são maioria e isso é uma grande conquista. No DF, temos mais de 24 mil mulheres advogadas. Fica evidenciado, portanto, a força dessas profissionais”, afirma a deputada na justificativa apresentada para aprovação do projeto.



À QUEIMA-ROUPA VILMA PINTO, A PRIMEIRA MULHER NEGRA A EXERCER UM CARGO DE DIRETORIA DA IFI

Divulgação



Ser a primeira mulher diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado é o maior desafio da sua vida? Como foi a trajetória da filha do pescador Jorge Henrique e da gari Carmélia até chegar ao Congresso?

É um dos maiores sim. Meu trabalho como analista de política fiscal começou ainda na época de estágio na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Entrei na Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ em 2009 e, em 2011, comecei o estágio na FGV. Fui contratada após alguns meses, inicialmente como assistente de pesquisa até chegar à posição de pesquisadora. Ainda na FGV, eu tive a oportunidade de cursar o mestrado em economia empresarial e finanças. Em 2020, eu dei um salto na minha carreira com a oportunidade de assessorar o secretário de Fazenda do Paraná. Em 2021, fui apresentada ao senador Otto Alencar, então presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e que tinha a prerrogativa de indicação para a diretoria da IFI. Após longa conversa sobre assuntos econômicos diversos, ele resolveu apoiar meu nome.

Dois anos depois da sua posse no IFI ainda a procuram para falar sobre representatividade preta?

Esse tema é muito importante. Infelizmente ainda estamos em um contexto muito desigual, apesar dos modestos avanços observados nas últimas décadas.

Quais barreiras, além do preconceito, precisam ser vencidas por uma mulher negra para alcançar um bom cargo ou realizar seus sonhos?

Precisamos avançar cada vez mais em ações relacionadas ao tema para que consigamos também apresentar resultados mais efetivos.

Hoje, como a senhora avalia o comportamento da economia nacional, diante de tantas desigualdades, sobretudo em relação aos negros, em particular as mulheres, que apequenam o nosso país?

São vários fatores, mas acredito que a questão sócio econômica contribui muito para as disparidades que encontramos nas estatísticas. Eu sempre gostei de sugerir os estudos que a Janaina Feijó realiza para a FGV sobre o tema. São números surpreendentes.

A reforma tributária sobre o consumo prevê mudanças nas políticas fiscais no

Brasil para promover maior equidade de gênero e racial?

O objetivo da reforma tributária é promover uma simplificação do sistema atualmente existente. Não vejo como foco dessa reforma (PEC 45) tratar de questões associadas a redução de desigualdade e regressividade do sistema como um todo, embora a simplificação em si possa gerar efeitos indiretos nessa direção. No entanto, a reforma prevê a criação do “cash back” nos moldes da experiência do Rio Grande do Sul. Se bem sucedida, ela poderá ter impactos também na questão da desigualdade de renda.

Como as desigualdades sociais e econômicas contribuem para a disparidade no pagamento de impostos pelas mulheres negras?

Existe uma característica importante na tributação sobre o consumo, que é a regressividade. Ela se dá na medida em que não é possível identificar o contribuinte para que, com suas características individuais, se possa estabelecer uma tributação mais justa. A compra de um mesmo bem tem o mesmo tributo, seja para uma pessoa de alta renda, seja para uma pessoa de baixa renda. Quando olhamos esse consumo em percentual da renda individual, vemos que a tributação desse bem acaba pesando mais para a pessoa de baixa renda que a de alta renda. Uma característica adicional, que está muito associada ao tipo de reforma pretendida atualmente, diz respeito a diversidade de alíquotas e regimes que existem nos diferentes bens e serviços da economia. Essa diferenciação pode também contribuir para disparidades no pagamento de tributos por parte da sociedade. O nosso sistema tributário tem muitas distorções e elas acabam por onerar mais um indivíduo que outros.

Como podemos garantir uma maior participação das mulheres negras nas discussões sobre políticas fiscais e reformas tributárias?

Começa pelo aumento da representação em cargos políticos, de gestão e lideranças. É importante ampliar o diagnóstico em relação as desigualdades de gênero e raça que existem atualmente. Nessa linha, o fortalecimento de agendas como ESG, ODS e orçamento sensível a gênero e raça são fundamentais para a realização de ações (públicas e privadas) para redução dessas disparidades.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

»Entrevista | FLÁVIO PEREIRA | SECRETÁRIO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ao CB.Poder, o titular da pasta confirmou que está prevista para o ano que vem a primeira unidade policial para atendimento específico a PCDs do DF. A capital também deve receber uma nova escola com ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras)

Cidadania, dignidade e inclusão

» JOÃO CARLOS SILVA

Acessibilidade é fundamental para garantir direitos, afirma o secretário da Pessoa com Deficiência, Flávio Pereira. Na edição de ontem do programa CB.Poder — parceria entre o Correio e a TV Brasília —, o pedagogo detalhou o projeto que pretende fundar a primeira delegacia especializada em atender às mais de 150 mil PCDs no DF. Em entrevista aos jornalistas Mila Ferreira e Victor Correia, ele também discorre sobre a construção de uma nova escola de ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a recente adoção de cadastro único para essa população.

O que essas pessoas devem fazer para ter acesso ao cadastro único?

O cadastro da pessoa com deficiência surge como um instrumento inovador para trazer mais cidadania, dignidade e inclusão. Facilitar o acesso dessas pessoas às políticas públicas que hoje o GDF executa. Para fazer esse cadastro, a pessoa precisa apenas acessar o link da secretaria, preencher as informações

necessárias e anexar os documentos solicitados. Após uma avaliação técnica de uma equipe, que envolve a documentação e a questão do laudo por uma equipe clínica de médicos, é autorizado o acesso a esse documento, que pode ser em formato digital e também impresso.

Quais são as ações da Secretaria para facilitar o acesso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, seja pelo lado da qualificação ou seja pelo lado do cumprimento das cotas?

Dentro da estrutura da pasta, um núcleo de inclusão profissional desenvolve um programa de empregabilidade, onde as pessoas com deficiências são encaminhadas para o mercado de trabalho. Em um processo evolutivo, nós estamos fechando com o Ministério Público do Trabalho uma parceria onde essas pessoas poderão ser indicadas com maior facilidade e principalmente estaremos atuando numa área que se faz muito necessária, a de qualificação e preparação para o mercado. O Ministério Público autua as empresas que não

Ed Alves/CB/D.A Press



cumprem a lei de cota, uma legislação que obriga as empresas a terem um percentual de pessoas com deficiência. Nessa parceria, a gente entende que o MP não só informará as empresas que nós oferecemos mão de obra qualificada, como também nos indicará as empresas que necessitam, criando um processo de interação que vai facilitar e ampliar esse atendimento às pessoas com deficiência na área de empregabilidade.

O DF terá uma delegacia voltada para pessoas com deficiência?

Estamos em tratativa com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) e com a Polícia Civil. Possivelmente, estaremos lançando, em 2024, pela primeira vez no Distrito Federal, uma delegacia de proteção à pessoa com deficiência. A acessibilidade, em qualquer atendimento, é fundamental para a garantia dos direitos. Então, uma delegacia que entenda a realidade da pessoa com deficiência e,

principalmente, que tenha uma visão muito mais ampla de como atender essas pessoas, vai facilitar não só o interesse delas de serem atendidas como também facilitar a resolução dos casos que se colocarem. Muitas pessoas com deficiência não procuram uma delegacia porque lá não vai ter um intérprete de libras, o atendente não vai entender que aquele caso especificamente é um caso de discriminação e que isso é punido por lei como crime. Então, uma delegacia que



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e assista o CB. Poder

tem essa visão social vai dar um atendimento muito melhor.

Teremos uma segunda escola voltada para o ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras)?

A Secretaria de Educação atendeu um pedido nosso e está criando, para 2024, a segunda escola bilíngue do DF, na 912 Sul. É uma área interessante para esse atendimento, principalmente para concentrar no centro da capital a possibilidade das pessoas se deslocarem para realmente ter essa aprendizagem.

*Estagiário sob supervisão de Patrick Selvatti